

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	14
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	16
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	19
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	20
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	22
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	23
----------------------------------	----

Relatório da Administração	24
----------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	59
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	62
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	16.083
Preferenciais	14.842
Total	30.925
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	509
Total	509

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	123.885	115.180	122.236
1.01	Ativo Circulante	48.009	28.663	20.710
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	28.257	8.572	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	19.438	19.797	20.204
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	19.438	19.797	20.204
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	314	294	506
1.01.08.03	Outros	314	294	506
1.01.08.03.01	Outros Créditos	314	294	506
1.02	Ativo Não Circulante	75.876	86.517	101.526
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	64.127	71.690	72.301
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	21.769	15.768	54.023
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	21.769	15.768	54.023
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	42.358	55.922	18.278
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	42.358	55.922	18.278
1.02.02	Investimentos	1	1	1
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1	1
1.02.03	Imobilizado	11.748	14.826	29.224
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.748	14.826	29.224

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	123.885	115.180	122.236
2.01	Passivo Circulante	7.874.476	7.668.494	7.671.696
2.01.02	Fornecedores	56	26	28
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	56	26	28
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.643	23.711	23.075
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	107	114	116
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	24.536	23.597	22.959
2.01.05	Outras Obrigações	7.849.777	7.644.757	7.648.593
2.01.05.02	Outros	7.849.777	7.644.757	7.648.593
2.01.05.02.04	Obrigações com Credores Quirografários	6.461.267	6.461.627	6.461.880
2.01.05.02.05	Provisão p/ Passivo a Descoberto em Investidas	1.382.641	1.177.948	1.181.606
2.01.05.02.06	Outras Contas	5.869	5.182	5.107
2.02	Passivo Não Circulante	267.341	273.140	378.704
2.02.02	Outras Obrigações	100.933	98.213	96.339
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.777	1.561	1.656
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	1.777	1.561	1.656
2.02.02.02	Outros	99.156	96.652	94.683
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais e Tributárias	99.156	96.652	94.683
2.02.04	Provisões	166.408	174.927	282.365
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	166.408	174.927	282.365
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	155.525	143.717	254.778
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.353	29.129	25.745
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.530	2.081	1.842
2.03	Patrimônio Líquido	-8.017.932	-7.826.454	-7.928.164
2.03.01	Capital Social Realizado	268.100	268.100	268.100
2.03.02	Reservas de Capital	-2.422	-2.422	-2.422
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-4.790	-4.790	-4.790
2.03.02.07	Incentivos Fiscais	2.368	2.368	2.368
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.243.026	-8.088.808	-8.208.004

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	9.466	10.425	18.581
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-50.050	-13.749	-4.419

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.260	5.164	5.945
3.03	Resultado Bruto	3.260	5.164	5.945
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-158.077	108.384	-366.882
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-169.417	75.244	-366.963
3.04.02.01	Pessoal	-5.752	-89	0
3.04.02.02	Aluguel	-2.329	-2.357	-2.527
3.04.02.03	Serviços Profissionais	-786	-951	-1.190
3.04.02.04	Tributos e Contribuições	-112	-201	-278
3.04.02.05	Depreciação / Amortização	-242	-648	-755
3.04.02.06	Outras	-323	-252	-20
3.04.02.07	Provisão Contingências Fiscais	-11.807	0	-69.600
3.04.02.08	Provisão Contingências Trabalhistas	0	-3.384	-6.957
3.04.02.09	Provisão Contingências Cíveis	-450	-238	-974
3.04.02.10	Provisão Passivo a Descoberto nas Investidas	-168.392	-27.697	-284.662
3.04.02.11	Reversão Provisão Conting. Fiscais / Trabalhistas	20.776	111.061	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	14.176	46.890	81
3.04.04.01	Venda de Imobilizado	14.176	46.890	81
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.836	-13.750	0
3.04.05.01	Ganho e Perdas na Alienação Imobilizado	-2.836	-13.750	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-154.817	113.548	-360.937
3.06	Resultado Financeiro	-360	-2.507	-605.975
3.06.01	Receitas Financeiras	3.390	478	78
3.06.01.01	Juros / Variação Monetária	3.390	337	0
3.06.01.02	Rendimento Contrato Mútuo	0	138	75
3.06.01.03	Outras	0	3	3
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.750	-2.985	-606.053
3.06.02.01	Encargos Dívida Quirografária	0	0	-602.720
3.06.02.02	Juros	-1.199	-876	-1.069
3.06.02.03	Encargos Refis	-2.548	-2.039	-2.039

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.06.02.04	Outras	-3	-70	-225
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-155.177	111.041	-966.912
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-155.177	111.041	-966.912
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-155.177	111.041	-966.912
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-5,01700	3,59000	-31,27000
3.99.01.02	PN	-5,01700	3,59000	-31,27000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-155.177	111.041	-966.912
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-35.342	-1.175	14.163
4.02.01	Realização Ajustes Avaliação Patrimonial - Alienações	804	7.845	18.581
4.02.02	Realização Ajustes Avaliação Patrimonial - Depreciação	155	311	-4.418
4.02.03	Ajuste de Conversão de Investimentos no Exterior	-36.301	-9.331	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-190.519	109.866	-952.749

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	57.518	-33.649	6.865
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	196.416	-110.341	970.086
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	242	648	755
6.01.01.03	Provisão para Contingências	-8.519	-107.438	77.531
6.01.01.04	Provisão para Perdas em Investimentos	204.693	-3.658	289.080
6.01.01.06	Encargos Dívida Quirográfica	0	107	602.720
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	16.279	-34.349	3.691
6.01.02.02	Aumento (Redução) em Impostos a Recuperar	359	407	522
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Depósitos Judiciais	13.564	-37.644	150
6.01.02.05	Aumento (Redução) em Aluguel e Outros Ativos Rec.	-21	212	40
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	30	-2	4
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais e Sociais	3.436	2.605	3.060
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Credores Quirografários	-1.777	0	0
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Aluguel e Outras Contas Pagar	631	28	-125
6.01.02.10	Aumento em Reservas Previdenciárias	57	45	40
6.01.03	Outros	-155.177	111.041	-966.912
6.01.03.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-155.177	111.041	-966.912
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.836	13.752	0
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	0	-5.434	0
6.02.02	Baixa de Imobilizado	2.836	19.186	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-40.669	28.469	-6.865
6.03.01	Partes Relacionadas	-4.368	37.800	-2.447
6.03.02	Ajustes de Conversão	-36.301	-9.331	-4.418
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	19.685	8.572	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.572	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	28.257	8.572	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.102.557	10.425	-7.826.454
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.102.557	10.425	-7.826.454
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-191.478	0	-191.478
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-155.177	0	-155.177
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-36.301	0	-36.301
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	-36.301	0	-36.301
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	959	-959	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	959	-959	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.293.076	9.466	-8.017.932

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.212.423	18.581	-7.928.164
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.212.423	18.581	-7.928.164
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	101.710	0	101.710
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.041	0	111.041
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-9.331	0	-9.331
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	-9.331	0	-9.331
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	8.156	-8.156	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	8.156	-8.156	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.102.557	10.425	-7.826.454

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-7.241.339	18.827	-6.956.834
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-7.241.339	18.827	-6.956.834
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-971.330	0	-971.330
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-966.912	0	-966.912
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-4.418	0	-4.418
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	-4.418	0	-4.418
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	246	-246	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	246	-246	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.212.423	18.581	-7.928.164

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	14.935	38.833	6.635
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.595	5.693	6.554
7.01.02	Outras Receitas	11.340	33.140	81
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.224	-1.402	-1.488
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.224	-1.402	-1.488
7.03	Valor Adicionado Bruto	13.711	37.431	5.147
7.04	Retenções	-242	-648	-755
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-242	-648	-755
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	13.469	36.783	4.392
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-165.002	-27.219	-284.584
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-165.002	-27.697	-284.662
7.06.02	Receitas Financeiras	0	478	78
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-151.533	9.564	-280.192
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-151.533	9.564	-280.192
7.08.01	Pessoal	5.749	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-5.763	-104.780	78.139
7.08.02.01	Federais	-5.765	-104.782	78.137
7.08.02.03	Municipais	2	2	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.658	3.303	608.581
7.08.03.01	Juros	1.202	946	606.053
7.08.03.02	Aluguéis	2.456	2.357	2.528
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-155.177	111.041	-966.912
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-155.177	111.041	-966.912

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	126.006	126.130	91.797
1.01	Ativo Circulante	62.040	45.339	34.852
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	30.676	14.033	4.454
1.01.03	Contas a Receber	6.298	6.090	4.347
1.01.03.01	Clientes	6.298	6.090	4.347
1.01.04	Estoques	4.805	4.813	3.338
1.01.06	Tributos a Recuperar	19.672	20.029	21.568
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	19.672	20.029	21.568
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	589	374	1.145
1.01.08.03	Outros	589	374	1.145
1.01.08.03.02	Outros Créditos	589	374	1.145
1.02	Ativo Não Circulante	63.966	80.791	56.945
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	50.236	63.274	26.366
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.526	3.141	3.895
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	3.526	3.141	3.895
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	46.710	60.133	22.471
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	46.710	60.133	22.471
1.02.02	Investimentos	1	1	1
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1	1
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1	1	1
1.02.03	Imobilizado	13.342	16.954	30.459
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.342	16.954	30.459
1.02.04	Intangível	387	562	119
1.02.04.01	Intangíveis	387	562	119

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	126.006	126.130	91.797
2.01	Passivo Circulante	7.093.234	7.068.980	7.035.196
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.195	12.794	15.467
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.681	11.335	14.280
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.514	1.459	1.187
2.01.02	Fornecedores	9.145	11.529	9.011
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.145	11.529	9.011
2.01.03	Obrigações Fiscais	89.721	86.870	91.912
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.730	6.792	6.301
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	82.897	80.010	85.534
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	94	68	77
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	519.902	485.434	446.872
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	150.132	115.664	102.299
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	150.132	115.664	102.299
2.01.04.02	Debêntures	369.770	369.770	344.573
2.01.05	Outras Obrigações	6.471.271	6.472.353	6.471.934
2.01.05.02	Outros	6.471.271	6.472.353	6.471.934
2.01.05.02.04	Obrigações com Credores Quirografários	6.461.267	6.461.627	6.461.880
2.01.05.02.05	Obrigações com Quirografários Partes Relacionadas	0	1.417	1.057
2.01.05.02.13	Outras Contas	10.004	9.309	8.997
2.02	Passivo Não Circulante	1.050.704	883.604	984.765
2.02.02	Outras Obrigações	156.832	142.652	127.668
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.587	13.952	14.368
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	14.587	13.952	14.368
2.02.02.02	Outros	142.245	128.700	113.300
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais e Tributárias	142.245	128.700	113.300
2.02.04	Provisões	893.872	740.952	857.097
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	893.872	740.952	857.097
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	876.920	696.547	816.374

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	14.230	40.900	36.578
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.722	3.505	4.145
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-8.017.932	-7.826.454	-7.928.164
2.03.01	Capital Social Realizado	268.100	268.100	268.100
2.03.02	Reservas de Capital	-2.422	-2.422	-2.422
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-4.790	-4.790	-4.790
2.03.02.07	Incentivos Fiscais	2.368	2.368	2.368
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.243.026	-8.088.808	-8.208.005
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	9.466	10.425	18.581
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-50.050	-13.749	-4.418

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	56.483	58.256	43.771
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-29.236	-30.248	-22.298
3.03	Resultado Bruto	27.247	28.008	21.473
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-178.617	120.996	-342.771
3.04.01	Despesas com Vendas	-13.086	-12.626	-9.470
3.04.01.01	Pessoal	-7.982	-7.931	-5.568
3.04.01.02	Aluguel	-2.425	-1.924	-1.157
3.04.01.03	Marketing	-673	-978	-722
3.04.01.04	Serviços Profissionais	-413	-408	-710
3.04.01.05	Tributos e Contribuições	-229	-158	-178
3.04.01.06	Outras	-1.364	-1.227	-1.135
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-176.863	100.322	-333.438
3.04.02.01	Pessoal	-15.418	-10.227	-3.477
3.04.02.02	Aluguel	-2.889	-2.638	-2.793
3.04.02.03	Serviços Profissionais	-3.569	-3.538	-3.073
3.04.02.04	Tributos e Contribuições	-361	-1.239	-483
3.04.02.05	Depreciações / Amortizações	-1.030	-1.197	-1.164
3.04.02.06	Outras	-676	-1.151	-775
3.04.02.07	Provisão Contingências Fiscais	-180.372	0	-270.344
3.04.02.08	Provisão Contingências Trabalhistas	0	-4.321	-9.847
3.04.02.09	Provisão Contingências Cíveis	0	-231	-2.943
3.04.02.10	Provisão IR. Compensar	0	0	-1.121
3.04.02.11	Reversão Contingências Fiscais / Trabalhistas/ Cíveis	27.452	124.864	0
3.04.02.12	Reversão Provisão Créditos Incobráveis	0	0	-37.418
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	14.176	47.082	137
3.04.04.01	Venda de Imobilizado	14.176	47.022	0
3.04.04.02	Outras	0	60	137
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.844	-13.782	0
3.04.05.01	Perda na Alienação Imobilizado	-2.844	-13.782	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-151.370	149.004	-321.298
3.06	Resultado Financeiro	-3.807	-37.963	-645.614
3.06.01	Receitas Financeiras	3.459	1.514	59
3.06.01.01	Variação Monetária/ Juros	3.456	1.480	41
3.06.01.02	Outras	3	34	18
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.266	-39.477	-645.673
3.06.02.01	Encargos da Concordata	0	0	-602.720
3.06.02.02	Juros	-2.675	-599	-7.220
3.06.02.03	Atualização Debêntures	0	-25.196	-23.731
3.06.02.04	Variação Cambial	0	-5.403	-4.531
3.06.02.05	Encargos Refis	-2.548	-4.034	-4.294
3.06.02.06	Outras	-2.043	-4.245	-3.177
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-155.177	111.041	-966.912
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-155.177	111.041	-966.912
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-155.177	111.041	-966.912
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-155.177	111.041	-966.912
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	5,02000	3,59000	-31,27000
3.99.01.02	PN	5,02000	3,59000	-31,27000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-155.177	111.041	-966.912
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-35.342	-1.175	4.664
4.02.01	Realização Ajustes Avaliação Patrimonial - Alienações	804	7.845	0
4.02.02	Realização Ajustes Avaliação Patrimonial - Depreciações	155	311	246
4.02.03	Ajuste de Conversão de Investimento no Exterior	-36.301	-9.331	4.418
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-190.519	109.866	-962.248
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-190.519	109.866	-962.248

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	49.936	6.707	6.849
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	188.418	-76.279	921.975
6.01.01.01	Encargos da Dívida Quirografária	0	107	602.720
6.01.01.02	Atualização do saldo de financiamentos	0	6.296	5.733
6.01.01.03	Atualização do saldo das debêntures	0	25.197	23.731
6.01.01.04	Provisão para contingências	152.920	-116.145	283.134
6.01.01.07	Depreciação e amortização	1.030	1.197	1.184
6.01.01.08	Atualização de Títulos a Pagar	34.468	7.069	5.473
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	16.695	-28.055	51.786
6.01.02.01	Aumento (Redução) nos Impostos a Recuperar	357	1.539	3.170
6.01.02.02	Aumento (Redução) no Contas a Receber	-208	-1.743	32.248
6.01.02.03	Aumento (Redução) nos Estoques	8	-1.475	-454
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Depósitos Judiciais	13.423	-37.662	102
6.01.02.05	Aumento (Redução) em Outros Ativos e Aluguel Receber	-215	771	-457
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	-2.384	2.518	2.642
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais Sociais	6.797	7.685	14.626
6.01.02.08	Aumento (Redução) Credores Quirografários	-1.777	0	0
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	694	312	-91
6.01.03	Outros	-155.177	111.041	-966.912
6.01.03.01	Prejuízo Líquido	-155.177	111.041	-966.912
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.758	11.865	-201
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-86	-7.396	-249
6.02.02	Baixa de Imobilizado	2.844	19.261	48
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-36.051	-8.993	-5.630
6.03.01	Partes Relacionadas	250	338	-1.212
6.03.02	Ajustes de conversão	-36.301	-9.331	-4.418
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16.643	9.579	1.018
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.033	4.454	3.436
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	30.676	14.033	4.454

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.102.557	10.425	-7.826.454	0	-7.826.454
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.102.557	10.425	-7.826.454	0	-7.826.454
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-191.478	0	-191.478	0	-191.478
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-155.177	0	-155.177	0	-155.177
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-36.301	0	-36.301	0	-36.301
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	-36.301	0	-36.301	0	-36.301
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	959	-959	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	959	-959	0	0	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.293.076	9.466	-8.017.932	0	-8.017.932

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.212.423	18.581	-7.928.164	0	-7.928.164
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.212.423	18.581	-7.928.164	0	-7.928.164
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	101.710	0	101.710	0	101.710
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.041	0	111.041	0	111.041
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-9.331	0	-9.331	0	-9.331
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	-9.331	0	-9.331	0	-9.331
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	8.156	-8.156	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	8.156	-8.156	0	0	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.102.557	10.425	-7.826.454	0	-7.826.454

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-7.241.339	18.827	-6.956.834	0	-6.956.834
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-7.241.339	18.827	-6.956.834	0	-6.956.834
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-971.330	0	-971.330	0	-971.330
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-966.912	0	-966.912	0	-966.912
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-4.418	0	-4.418	0	-4.418
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	-4.418	0	-4.418	0	-4.418
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	246	-246	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	246	-246	0	0	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.212.423	18.581	-7.928.164	0	-7.928.164

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	78.794	104.478	54.009
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	67.462	71.178	53.872
7.01.02	Outras Receitas	11.332	33.300	137
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-36.548	-38.990	-29.146
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-29.236	-30.248	-22.298
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.312	-8.742	-6.848
7.03	Valor Adicionado Bruto	42.246	65.488	24.863
7.04	Retenções	-1.030	-1.197	-1.184
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.030	-1.197	-1.184
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	41.216	64.291	23.679
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.458	1.512	59
7.06.02	Receitas Financeiras	3.458	1.512	59
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	44.674	65.803	23.738
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	44.674	65.803	23.738
7.08.01	Pessoal	19.641	11.906	7.873
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.037	10.877	6.718
7.08.01.02	Benefícios	31	456	714
7.08.01.03	F.G.T.S.	573	573	441
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	169.802	-97.253	342.757
7.08.02.01	Federais	165.298	-103.326	330.901
7.08.02.02	Estaduais	4.498	6.053	11.832
7.08.02.03	Municipais	6	20	24
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.408	40.109	640.020
7.08.03.01	Juros	4.719	35.441	636.068
7.08.03.02	Aluguéis	5.689	4.668	3.952
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-155.177	111.041	-966.912
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-155.177	111.041	-966.912

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial (Companhia), atual denominação social de Lojas Arapuã S/A, apresenta os resultados do exercício de 2015.

Informações sobre o processo de Recuperação Judicial:

A Assembleia Geral dos Credores, realizada em 16/12/2011, aprovou por maioria, o plano de recuperação judicial de Kosmos Comercio de Vestuário S/A, que foi homologado na Justiça em 05/03/2012. Contra essa decisão, a credora Primafer interpôs agravo de instrumento, o qual foi respondido e julgado em 02/10/2012, sendo que foi negado provimento ao recurso. O acórdão foi publicado em 31/10/2012. O Ministério Público opôs embargos de declaração, os quais foram acolhidos sem efeito modificativo. Em seguida o Ministério Público apresentou recurso especial, o qual foi respondido. Em 23/01/2014 foi disponibilizada a decisão que negou prosseguimento ao recurso especial do Ministério Público, originando, assim, agravo de despacho denegatório, devidamente respondido e já remetido ao STJ, tendo sido autuado sob nº 563084/SP e encontra-se conclusos à Ministra Maria Isabel Gallotti desde 04/09/2014.

Em julho de 2012 foram iniciadas as vendas dos imóveis previstos no Plano de Recuperação Judicial, concluídos com sucesso até dezembro de 2015, através de diversos leilões realizados com autorização judicial.

Em dezembro de 2014 foram iniciados os pagamentos aos credores trabalhistas com créditos até R\$ 45 mil e a partir de janeiro de 2016 foram iniciados os pagamentos dos créditos trabalhistas remanescentes, conforme aprovado no plano de recuperação judicial.

Ainda neste primeiro semestre de 2016 a Companhia pretende também efetuar o pagamento aos credores da classe quirografária, nos termos aprovados no plano de Recuperação Judicial.

Desempenho Operacional:

Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em Recuperação Judicial:

A atividade operacional preponderante da Companhia, na atualidade, é a locação de imóveis.

A receita operacional líquida em 2015 foi de R\$ 3.260 e em 2014 foi de R\$ 5.164. Esta redução de receita foi em função da venda de imóveis próprios para cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial.

Relatório da Administração

As Despesas Operacionais em 2015 totalizaram R\$ (158.077) e em 2014 R\$ 108.384, A elevação desta despesa ocorreu na rubrica "Provisão para passivo a descoberto das investidas", por conta de incremento nas "Provisões para contingencias fiscais", da controlada Novelty Modas S/A.

Resultado financeiro em 2015 foi negativo em R\$ (360) e em 2014 foi de R\$(2.507).

Prejuízo do exercício de 2015 foi de R\$ (155.177). O resultado no exercício corrente foi afetado pelo aumento das " Provisões para passivo a descoberto das investidas", por conta de incremento nas "Provisões para contingencias fiscais" da controlada Novelty Modas S/A.

Desempenho Econômico-financeiro 2015

CONTROLADA - Novelty Modas S.A

A Novelty Modas S/A (atual denominação social da Arapuã Comercial S/A) foi constituída em 17 de dezembro de 1998, por Kosmos Com. de Vestuário S/A, através da transferência dos seus pontos comerciais, centros de distribuição e demais ativos operacionais, como parte do plano de reestruturação elaborado pelos administradores com o apoio dos credores e autorizado judicialmente.

Em março de 2008 a empresa passou a explorar o mercado de vestuário/modas voltado ao público feminino, masculino e infante-juvenil, com 12 lojas localizadas nos estados de São Paulo (região da Grande São Paulo) e Minas Gerais (região da Grande Belo Horizonte) e conhecidas pelo nome fantasia de **Sette Bello Modas S/A**.

O faturamento líquido em 2015 totalizou R\$ 66.314 e 2014 R\$ 67.974, a retração nas vendas é reflexo da situação política econômica que o país atravessa e, como consequência, afetando o mercado como um todo com altas taxas de juros, redução de créditos, crescimento da inadimplência e elevados índices de desemprego.

O lucro bruto em 2015 foi de R\$ 26.446 e em 2014 foi de R\$ 25.386. Apesar das adversidades do mercado causando uma diminuição nas vendas da ordem de 2,5% sobre o ano anterior, a empresa conseguiu um discreto crescimento de 4,2% na margem bruta deste ano sobre o ano anterior.

As Despesas Comerciais totalizaram R\$ (15.449) em 2015 e R\$ (15.089) em 2014, as quais praticamente se mantiveram no mesmo patamar.

As Despesas Administrativas passaram de R\$ (2.297) no ano de 2014 para R\$ (175.340) em 2015. Este aumento ocorreu basicamente pelo incremento nas "Provisões para contingencias fiscais", por conta de redefinição na expectativa de perda em processos judiciais fiscais.

O resultado financeiro em 2015 foi negativo em R\$(3.442) e de R\$ (4.677) em 2014.

Prejuízo do exercício de 2015 foi R\$(167.843) O resultado do exercício foi afetado significativamente pelo aumento das " Provisões para contingencias fiscais".

Recursos Humanos

Relatório da Administração

Ao final do ano de 2015 a Novelty Modas S/A tinha 274 colaboradores dos quais 24 localizados na administração central e 250 nas lojas. Ao final de 2014 este cenário era constituído por 343 colaboradores dos quais 32 localizados na administração central e 311 nas lojas.

Dividendos Obrigatórios:

Em função dos passivos a descoberto apresentado pela Companhia, não foram distribuídos dividendos conforme previsto no estatuto social.

Relacionamento com Auditores Externos:

A política da Companhia junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados a auditoria das demonstrações contábeis, está fundamentado nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2.015, a TG&C Auditores Independentes não foi contratada para outros serviços que não seja a auditoria das demonstrações contábeis do exercício.

Declaração dos Diretores:

Em observância à Instrução CVM nº 480/09 art. 25 - inc. V e VI os diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.015.

São Paulo, 11 de março de 2016.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

1. Contexto operacional

Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial (Kosmos ou Companhia), atual denominação de Lojas Arapuã S/A, fundada em 05/12/1994, é uma sociedade anônima brasileira de capital aberto, estando com suas operações em bolsa suspensas após o pedido de Concordata Preventiva em 22/06/1998, com sede na Rua Sergipe, 475, 9º andar, Consolação, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social o comércio por atacado e varejo, desenvolvido em lojas e magazines, compreendendo bens duráveis e de consumo, bem como de importação, exportação e aluguel de bens.

A Recuperação Judicial:

Em 06 de abril de 2009, a Companhia impetrou seu pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, o qual foi indeferido primeiramente e posteriormente, com base em recurso interposto pela Companhia, foi provido o processamento da recuperação judicial em 27 de Outubro de 2009. Contudo, dois credores da companhia opuseram embargos de declaração, que foram acolhidos para esclarecimentos. O desembargador relator determinou a extração da carta de sentença para que a recuperação fosse processada independentemente de recurso contra o acórdão da apelação. Os autos da carta de sentença foram remetidos para o Juízo da 1ª Vara de Falências, que determinou a apresentação de documentação atualizada da Kosmos.

Em 30/08/2010 foi nomeado o administrador judicial da recuperação, Dr. Afonso Alves Braga (OAB/SP 122.093), com endereço na Av. Nove de Julho nº 3229, 10º andar, conjunto 1001, SP. O edital da lista de credores da Kosmos foi disponibilizado pelo Diário Oficial de Justiça em 07/01/2011.

O plano de recuperação foi apresentado em 03/11/2010 e o edital de aviso de entrega do plano publicado em 28/02/2011. Como alguns credores opuseram objeção ao plano de recuperação, designou-se a realização da Assembleia Geral de Credores para os dias 19 e 28 de outubro de 2011, em 1ª e 2ª convocação, respectivamente.

Em 17/10/2011, ainda, foi publicada a 2ª lista de credores, em cumprimento ao art. 7º, parágrafo 2º da Lei 11.101/05.

Notas Explicativas

Realizada a 1ª convocação da assembleia, em 19/10/2011, em razão da ausência de quórum, ela não foi instalada. Realizada em 2ª convocação, em 28/10/2011, os credores presentes deliberaram, em sua maioria, pela suspensão da assembleia e continuação para o dia 16/12/2011, com o objetivo de realizar alterações no plano de recuperação judicial. A assembleia foi realizada em 16/12/2011, tendo sido aprovado, por maioria, o plano de recuperação da Kosmos Comércio de Vestuário S/A.

Em 05/03/2012 foi publicada a decisão que homologou o plano e concedeu a recuperação judicial da Kosmos. Contra essa decisão, a credora Primafer interpôs agravo de instrumento, o qual foi respondido e julgado em 02/10/2012, sendo que foi negado provimento ao recurso. O acórdão foi publicado em 31/10/2012. O Ministério Público opôs embargos de declaração, os quais foram acolhidos sem efeito modificativo. Em seguida o Ministério Público apresentou recurso especial, o qual foi respondido. Em 23/01/14 foi disponibilizada a decisão que negou prosseguimento ao recurso especial do Ministério Público, originando, assim, agravo de despacho denegatório, devidamente respondido e já remetido ao STJ, tendo sido autuado sob nº 563084/SP e encontra-se conclusos à Ministra Maria Isabel Gallotti desde 04/09/14.

Em 19/03/2012 a Companhia requereu autorização judicial para realização de leilão para venda de alguns imóveis previstos no plano, o que restou deferido pelo Juiz. O leilão foi realizado em 04/07/2012 e todos os imóveis desse lote foram vendidos. Posteriormente, foi requerida nova autorização para continuidade do leilão com alguns imóveis, sendo que o Juiz determinou a manifestação do Administrador, o qual, por sua vez, requereu esclarecimentos, devidamente prestados. Como o pedido demorou para ser apreciado, a Kosmos apresentou nova manifestação com o cronograma de todos os próximos leilões, o que foi deferido e, assim, foi realizado o primeiro leilão da série em janeiro de 2014. Em abril de 2014 foi realizado o leilão de mais um lote de imóveis, em cumprimento ao plano de recuperação judicial. Outras hastas públicas ocorreram em 17/04/14, 09/06/14, 03/07/14, 12/08/14, 12/11/14, 31/03/15, 29/10/15 e 17/12/15.

Peticionamos para requerer o levantamento de parte do numerário depositado judicialmente, o que foi deferido e, assim, foi iniciada a fase de pagamento dos credores trabalhistas. Posteriormente foi requerido o levantamento de outro montante, para pagamento de trabalhistas e quirografários.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações contábeis individuais da controladora apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia avaliou os eventos subsequentes até 11 de março de 2016, que é a data da aprovação do Conselho de Administração, das demonstrações contábeis .

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

2.2 Base de consolidação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas consideram as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, os saldos entre as empresas consideradas na consolidação foram eliminados, bem como o saldo do investimento da Companhia nas empresas controladas.

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, as empresas consolidadas são as seguintes:

	% de participação	
	31/12/2015	31/12/2014
Bantan Serviços de Adm. de Crédito e Cobrança Ltda	100%	100%
Novelty Modas S/A	100%	100%
Arapuã International Invest. Corp.	100%	100%
Feniciapar S/A	99,98%	99,98%
Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda	99,90%	99,90%

Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda., atual denominação de Arapuã Serviços de Administração de Crédito e Cobrança S/C Ltda., constituída na forma de sociedade civil em 15/12/1995. Em 17/04/2007, a sociedade alterou a sua natureza jurídica para sociedade empresarial limitada, tendo como objeto social a atividade de prestação de serviços de:

- Organização, planejamento e administração de serviços de crédito e cobrança extrajudicial e serviços afins;
- Administração de contas a pagar e receber;
- Coleta, análise e fornecimento de informações cadastrais;
- Fomento ao comércio varejista e atividades correlatas, inclusive os de assessoria e
- gestão de interesses de terceiros em operações à prazo.

Novelty Modas S/A. atual denominação de Arapuã Comercial S/A, constituída em 17/12/1998, na forma de sociedade anônima de capital fechado, tendo no início como principais atividades, o comércio varejista de eletrodomésticos e móveis, migrando no início de 2008 para o comércio varejista de roupas.

Arapuã International Investment Corp. constituída nas Ilhas Virgens Britânicas em 04/01/1996, como Companhia Internacional, tendo como principais atividades:

- Investir, levantar ou subscrever o capital necessário para promover, estabelecer ou desenvolver empreendimentos e negócios; e
- Subscrever ou promover a subscrição, comprar, possuir, deter, adquirir por qualquer outro meio e vender, negociar, garantir, ceder, permutar e transferir por qualquer outro meio, ações de capital, créditos, obrigações, valores mobiliários, quotas e qualquer outro título ou documento de qualquer sociedade ou pessoa jurídica privada, pública ou semi-pública e,

Notas Explicativas

enquanto for proprietário dos mesmos, possuir e exercer todos os direitos e privilégios correspondentes.

Feniciapar S/A., constituída em 03 de Janeiro de 1994, tendo iniciado suas atividades em março de 1995 e tem por objeto social exclusivo:

- A aquisição de direitos creditórios decorrentes de bens vendidos ou de prestação de serviços realizados pela Kosmos Comércio de Vestuário S/A., direitos creditórios estes que deverão ainda contar com a coobrigação da Companhia vendedora ou prestadora de serviços; e
- A cessão dos direitos referidos no parágrafo anterior.

Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda., constituída em 27/03/2006, na forma de sociedade empresaria limitada, tendo como objeto social a atividade de prestação de serviços de crédito e cobrança amigável, cumulativa e continua de serviços de assessoria creditícia mercadológica, seleção de riscos, administração de contas a pagar e receber, a contratação, em nome próprio, por conta e ordem de terceiros.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas têm o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e suas controladas e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação dos acionistas não controladores, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de:

- Saldos de investimentos e do patrimônio líquido;
- Saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

2.3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

As práticas contábeis adotadas para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são consistentes.

Notas Explicativas

Até a data de divulgação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os seguintes pronunciamentos e interpretações contábeis foram emitidos ou sofreram alterações substanciais, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2015:

Pronunciamento			Aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de:
No Brasil	Correspondente Internacional	Assunto	
(a) CPC 19 (R2)	IFRS 11	Negócios em conjunto	1º. de janeiro 2016
(b) CPC 27 e CPC 04 (R1)	IAS 16 e IAS 38	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis	1º. de janeiro 2016
(c) CPC 33 (R1)	IAS 19	Benefícios a Empregados	1º. de janeiro 2016
(d) CPC 38	IFRS 9	Instrumentos Financeiros	1º. de janeiro 2018
(e) CPC 30 (R1) e CPC 17 (R1)	IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes	1º. de janeiro 2018

(a) CPC 19 (R2) / IFRS 11: As alterações no CPC 19 (R2) / IFRS 11 fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um “negócio”, conforme a definição dada pelo CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios. Especificamente, as alterações estabelecem que os princípios relevantes na contabilização de uma combinação de negócios, bem como aspectos de teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa para a qual o *goodwill* originado na aquisição de um negócio em conjunto foi alocado. Os mesmos requerimentos devem ser aplicados. Um negócio em conjunto também requer que sejam divulgadas as informações relevantes requeridas pelo CPC 15 (R1) / IFRS 3. A Administração da Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terão impactos materiais nas demonstrações contábeis.

(b) CPC 27 e CPC 04 (R1)/ IAS 16 e IAS 38: As alterações no CPC 27 / IAS 16 proíbem as empresas a usarem o método de depreciação baseada na receita para itens do imobilizado. As alterações no CPC 04 (R1) / IAS 38 introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização de um ativo intangível. Essa premissa pode ser refutada apenas nas duas condições abaixo:

- a) Quando o ativo intangível for expressamente mensurado pela receita.
- b) Quando for possível demonstrar que a receita e os benefícios econômicos do ativo intangível são altamente correlacionados.

Atualmente, a Administração da Companhia usa o método linear de depreciação e amortização para os seus ativos imobilizado e intangível respectivamente e acreditam que esse método é o mais apropriado para refletir o consumo de benefícios econômicos inerentes aos respectivos ativos e dessa forma, acreditam que as alterações no CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 (R1) / IAS 38 não terão impactos materiais nas demonstrações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

(c) CPC 33 (R1) / IAS 19: As alterações no CPC 33 (R1) / IAS 19 esclarecem como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros para planos de benefício definido, quando essas contribuições dependem do número de anos de serviços prestados pelo empregado. Para contribuições que são independentes do número de anos de serviço, a entidade pode escolher entre reconhecer as contribuições como uma redução dos custos do serviço no decorrer do período em que o serviço é prestado, ou atribuí-las ao período de serviços do empregado usando o método de projeção de unidades de crédito. Para as contribuições que dependem do número de anos de serviço, a entidade é requerida a atribuir as contribuições ao período de serviço do empregado. A Administração da companhia acredita que essas alterações no CPC 33 (R1) / IAS 19 não terão impactos materiais nas demonstrações contábeis intermediárias.

(d) CPC 38 / IFRS 9: IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Instrumentos de dívida mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e possuem termos contratuais do ativo financeiro estabelecendo datas para fluxos de caixa unicamente de pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são mensurados a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes”. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 9, as entidades podem optar, de forma irrevogável, por apresentar as alterações subsequentes ao valor justo de um investimento patrimonial (não mantido para negociação) em outros resultados abrangentes, sendo somente a receita de dividendos reconhecida no resultado. A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 a ser adotada não cause efeitos relevantes nas demonstrações contábeis intermediárias.

(e) CPC 30 (R1) e CPC 17 (R1) / IFRS 15: Em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 irá substituir o guia atual de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) e CPC 17 (R1) / IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas, quando se tornar efetivo. Os princípios fundamentais da IFRS 15 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Com a IFRS 15, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. A Administração da Companhia entende que a aplicação da IFRS 15 no futuro não causará efeitos relevantes nas demonstrações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Devem ser divulgados os efeitos que cada um dos pronunciamentos acima trarão para a posição patrimonial e financeira e para o resultado da Companhia. Caso não sejam esperados impactos significativos, isso deve ser declarado. Caso exista a possibilidade de impactos significativos, mas não tenha sido possível levantar esses impactos para fins de divulgação, esse fato deve ser declarado.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas a seguir:

a) Receitas e despesas

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas controladas deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas controladas são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, com vencimento original de até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

c) Instrumentos financeiros

Somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao “valor justo” por meio do resultado, sendo tais custos diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração posterior ocorre a cada data do balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

d) Contas a receber de clientes e perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

São apresentadas pelo valor provável de realização, já deduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas.

e) Estoques

Notas Explicativas

São avaliados ao último custo de aquisição, ao qual não excede o valor de mercado.

A provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha é constituída com base em política definida pela Administração que leva em consideração a previsão de vendas futuras e o saldo de estoques existentes nas datas de encerramento dos exercícios.

A Administração da Companhia julgou desnecessária a constituição de provisão para perda nos estoques em 31 de dezembro de 2015.

f) Investimentos

Os investimentos permanentes em empresas controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 9. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

h) Ajuste ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração da Companhia avalia anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para “Redução ao valor recuperável”, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

i) Provisão para contingências

As provisões foram constituídas frente às obrigações legais existentes ou como resultado de um evento passado, quando é provável que recursos econômicos sejam requeridos para saldar as obrigações. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

j) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Notas Explicativas

Os valores de imposto de renda e contribuição social estão sendo apurados na forma prevista na legislação vigente. Não foram constituídos créditos tributários diferidos em função de a Companhia não atender plenamente às premissas estabelecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

k) Uso de estimativa e julgamentos contábeis

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para passivos contingentes, entre outras, as quais, apesar de refletirem a melhor estimativa possível, determinada pela Administração da Companhia, podem apresentar variações com relação aos dados e valores reais demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos.

l) Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuro serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m) Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos

A Administração da Companhia não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

n) Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente está sendo apresentada, uma vez que a Companhia apurou registros contábeis de outros resultados abrangentes.

o) Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração da Companhia apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Notas Explicativas

p) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável às companhias de capital aberto.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/012/2015	31/12/2014	31/012/2015	31/12/2014
Disponibilidades em Moeda Nacional (a)	28.257	8.572	30.664	14.021
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	12	12
	28.257	8.572	30.676	14.033

Este saldo refere-se a liberação judicial de parte dos valores das vendas de imóveis por leilão, em cumprimento ao plano de recuperação judicial, para o pagamento dos credores trabalhistas e quirografários.

5. Contas a receber de clientes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contas a Receber de crediarias	67.124	82.054	238.302	228.563
Provisão para devedores duvidosos	(67.124)	(82.054)	(232.004)	(222.473)
	-	-	6.298	6.090

Os ativos financeiros incluídos nas contas a receber de clientes são demonstrados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido é semelhante ao seu valor justo. A Companhia avaliou os impactos decorrentes do ajuste a valor presente e não houve necessidade de se registrar ajuste.

Foi constituída provisão para perdas com recebíveis na controladora R\$ 67.124 e no consolidado R\$ 232.004, devido à difícil realização. O valor em aberto apresentado no contas a receber de R\$ 6.298 (R\$ 6.090 em 2014) refere-se à controlada Novelty Modas S/A com operadoras de cartões de crédito. A Administração da Companhia considera suficiente a provisão para crédito de liquidação duvidosa para cobrir eventuais prejuízos na carteira de clientes.

Notas Explicativas

6. Impostos a recuperar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS	-	-	168	168
ICMS - Acréscimos Financeiros	-	-	13.417	13.417
Provisão Perdas ICMS	-	-	(13.417)	(13.417)
INSS	-	-	527	2.825
Provisão Perdas INSS	-	-	(527)	(2.825)
Impostos Federais	3.280	3.279	4.906	4.908
Provisão Impostos Federais	-	-	(2.708)	(2.708)
Pis	8.895	8.954	9.400	9.463
Cofins	7.263	7.564	7.880	8.198
Outros	-	-	26	-
	19.438	19.797	19.672	20.029

7. Depósitos judiciais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Arrematação de Imóveis	35.284	48.851	35.284	48.851
Depósitos Restituíveis	6.682	6.697	7.242	7.256
Depósitos para Garantia de Embargos	2.182	2.182	2.390	2.390
Provisão para Perdas Garantia Embargos	(2.182)	(2.182)	(2.182)	(2.182)
Produtos dados em Penhora	-	-	391	391
Provisão para Perdas Produtos dados Penhora	-	-	(391)	(391)
Bloqueios Judiciais	392	374	3.976	3.818
	42.358	55.922	46.710	60.133

Em cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial foram efetuadas vendas de parte substancial dos imóveis da Companhia em Leilões realizados em 04/07/2012, 27 e 28/01/2014, 17/04/2014, 09/06/2014, 03/07/2014, 12/08/2014, 12/11/2014 e 31/03/2015, 29/10/2015 e 17/12/2015 totalizando R\$ 68.119, dos quais R\$ 33.389 foram liberados para pagamentos dos processos trabalhistas.

8. Investimentos

Como parte do plano de reestruturação da Companhia apresentada aos seus credores, foi constituída, em 17/12/1998, a Arapuã Comercial S/A. (hoje denominada Novelty Modas S/A.). O capital dessa empresa é composto por ativos transferidos de Kosmos, como as benfeitorias feitas em lojas, os pontos comerciais, estoques, bem como os passivos atrelados à operação comercial da Companhia, como fornecedores e obrigações com empregados e sociais.

Notas Explicativas

	Novelty Modas S.A	Bantan Servs. Adm. Créd. e Cobrança Ltda	Samaro Adm. Créd. Cobr. Ltda	Feniciapar S.A	Arapuã International Invest. Corp	Minoritários	Totais
Capital Social	121.738	1	1	35.430	155	1	157.325
Quant. Ações e quotas (mil)	250.939.042	998	999	88.451	50	-	
Participação %	100	100	99,90	99,98	100	-	
PL (Passivo a descoberto) em 31 de dezembro de 2.015	(886.659)	(1.873)	(1.997)	(419.374)	(113.508)	86	(1.423.325)
Prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2.015.	(167.843)	(223)	(270)	(56)	-	-	(168.392)

Considerando que as investidas apresentam passivo a descoberto, a movimentação da participação da controladora nesses passivos a descoberto está apresentada no passivo circulante, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

9. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações. Movimentação do ativo imobilizado, conforme demonstramos a seguir, para o período findo em 31 de dezembro de 2015:

	Taxa de depreciação (%)	Controladora					
		31/12/2015			31/12/2014		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	5.627	-	5.627	7.791	-	7.791
Edifícios	4	8.883	(2.762)	6.121	11.007	(3.192)	7.035
		14.510	(2.762)	11.748	18.798	(3.192)	14.826

Notas Explicativas

	Consolidado						
	31/12/2015				31/12/2014		
	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	5.627	-	5.627	7.791	-	7.791
Edifícios	4	8.883	(2.763)	6.120	11.006	(3.972)	7.034
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	2.583	(1.758)	825	2.579	(1.311)	1.268
Móveis e utensílios	10	1.709	(1.104)	605	1.697	(986)	711
Equipamentos de informática	20	1.086	(944)	142	1.064	(914)	150
Instalações	(*)	28	(5)	23	-	-	-
		19.916	(6.574)	13.342	24.137	(7.183)	16.954

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação.

Movimentação do ativo imobilizado, conforme demonstramos a seguir, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora					
	31/12/2014			31/12/2015		
	Taxa depreciação	Valor Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Valor Líquido
Terrenos	-	7.791	-	(2.164)	-	5.627
Edifícios	4	7.035	-	(673)	(241)	6.121
		14.826	-	(2.837)	(241)	11.748

	Consolidado					
	31/12/2014			31/12/2015		
	Taxa depreciação	Valor Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Valor Líquido
Terrenos		7.791	-	(2.164)	-	5.627
Edifícios		7.034	-	(673)	(241)	6.120
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	1.268	4	-	(447)	825
Móveis e utensílios	10	711	25	(7)	(122)	607
Equipamentos de informática	20	150	29	-	(39)	140
Instalações	(*)	-	28	-	(5)	23
		16.954	86	(2.844)	(854)	13.342

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação.

Notas Explicativas**10. Empréstimos e Financiamentos**

	CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014
Eurobonds	42.355	42.355
	<u>42.355</u>	<u>42.355</u>

Representam obrigação da controlada Feniciapar S.A. com West Merchant Bank Limids referente à captação no exterior por meio de emissão de EUROBONDS, com vencimento inicial previsto para o ano de 2005, com taxa de juros de 9,50% a.a., antes da concordata de Kosmos Comércio de Vestuário S/A.

Entretanto, conforme mencionado na nota 3 c), os referidos empréstimos tiveram seus vencimentos antecipados por ocasião da concordata requerida pela Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial (controladora e garantidora dos direitos creditórios). Em conjunto com os debenturistas, foi definido que os juros do empréstimo passariam a ser de 8,825% ao ano, além da variação cambial do dólar norte-americano, calculados até 31 de dezembro de 2014. Os valores provisionados incluem imposto de renda retido na fonte de 27,5% sobre os juros a serem remetidos ao exterior.

Considerando que esta operação está garantida com direitos creditórios de Kosmos Comércio de Vestuário S/A, créditos estes que foram devidamente habilitados nos autos do processo de recuperação judicial, motivo pelo qual deixou de ser atualizado. Os valores registrados estão refletindo adequadamente a obrigação da Companhia.

11. Títulos a pagar

	CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014
Títulos a Pagar	107.777	73.309
	<u>107.777</u>	<u>73.309</u>

Correspondem a Euro-Commercial Paper captados por meio da empresa controlada no exterior Arapuã International Investment Corp., com previsão inicial de juros que variavam de 9% a 11% ao ano e comissão de 0,5%, vencidos em 05/06/1998.

Notas Explicativas

Com o pedido de Concordata Preventiva/Recuperação Judicial, os respectivos credores de Arapuã International habilitaram seus créditos diretamente na Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial.

A partir de janeiro de 2014 esses títulos deixaram de ser atualizados na Arapuã International Investment Corporation. A variação do saldo demonstrado acima, entre 2014 e 2015, deve-se somente à variação cambial decorrente da conversão dos saldos para fins de consolidação na Companhia.

12. Debêntures

As debêntures correspondem a duas emissões, com as seguintes características em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Dezembro de 2015

	1ª emissão		3ª emissão
	1ª série	2ª série	Série única
Data de emissão	01.08.1995	01.08.1995	01.03.1997
Data de vencimento	01.08.1998	01.08.1998	01.03.2000
Valor unitário	R\$2.894,08	R\$2.797,26	R\$17.495,33
Quantidade	29.711	43.797	9.218
Valor	85.986	122.512	161.272
Total			369.770
Conversibilidade	Não conversíveis em ações	Não conversíveis em ações	Conversíveis em ações
Remuneração	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID

Notas Explicativas

Dezembro de 2014:

	<u>1ª emissão</u>		<u>3ª emissão</u>
	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>Série única</u>
Data de emissão	01.08.1995	01.08.1995	01.03.1997
Data de vencimento	01.08.1998	01.08.1998	01.03.2000
Valor unitário	R\$2.894,08	R\$2.797,26	R\$17.495,33
Quantidade	29.711	43.797	9.218
Valor	85.986	122.512	161.272
Total			<u>369.770</u>
Conversibilidade	Não conversíveis em ações	Não conversíveis em ações	Conversíveis em ações
Remuneração	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID

As debêntures estão atualizadas até 31/12/2014 pelos critérios de remuneração estabelecidos nas escrituras públicas.

Considerando que as debêntures são garantidas por direitos creditórios de Kosmos Comércio de Vestuário S/A, créditos esses que estão devidamente habilitados nos autos do processo de recuperação judicial, motivo pelo qual deixou de ser atualizado a partir de janeiro de 2015.

Os valores registrados estão refletindo adequadamente as obrigações da Companhia.

Notas Explicativas**13. Obrigações com credores quirografários**

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2015	movimentação	31/12/2014	31/12/2015	movimentação	31/12/2014
Fornecedores mercadorias	5.404.380	1.908.248	3.496.132	5.404.380	1.908.248	3.496.132
Fornecedores no exterior	15.753	-	15.753	15.753	-	15.753
Debêntures	748.607	-	748.607	748.607	-	748.607
Financiamento no País - Capital de Giro	288.474	-	288.474	288.474	-	288.474
C.P.E - Companhia de Propósitos Específicos	-	(1.910.096)	1.910.096	-	(1.910.096)	1.910.096
Outras contas à pagar	4.053	1.488	2.565	4.053	1.488	2.565
	6.461.267	(360)	6.461.627	6.461.267	(360)	6.461.627

Desde de 22 de junho de 1998 e até 31 de dezembro de 2013, os créditos quirografários estiveram sujeitos à atualização monetária conforme a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acrescidos de juros de 12% ao ano. A partir do exercício de 2014, considerando os termos do plano de recuperação judicial, aprovados na Assembleia de credores em 16 de dezembro de 2011, o qual foi homologado na Justiça, a Administração da Companhia deixou de fazer a referida atualização monetária.

Contudo, considerando que tramita no Superior Tribunal de Justiça agravo de despacho denegatório de recurso especial movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, contestando o não processamento de recurso movido por um dos credores da Companhia, a Administração da Companhia optou por não efetuar o ajuste dos passivos quirografários. A Administração da Companhia efetuará o referido ajuste contábil somente quando não houver mais qualquer recurso em processamento na Justiça contestando os termos do plano de recuperação judicial.

Os valores relativos às coobrigações decorrentes de cessão de direitos creditórios a terceiros não estão inclusos no montante de créditos quirografários. Isso ocorre em virtude de as referidas obrigações serem passíveis de liquidação, a qualquer tempo, após o recebimento das prestações devidas pelo devedor original.

Notas Explicativas**14. Obrigações fiscais e tributárias**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS - parcelado	570	742	1.929	2.331
ICMS (b)	23.966	22.855	80.968	77.679
ISS	-	-	47	68
IRRF	27	39	199	225
IPTU	-	-	47	-
IR Euronotes	-	-	6.429	6.429
INSS - Retido	75	72	75	72
Outras Obrigações	5	3	27	66
REFIS (a)	99.156	96.652	142.245	128.700
	123.799	120.363	231.966	215.570
Circulante	24.643	23.711	89.721	86.870
Não Circulante	99.156	96.652	142.245	128.700

(a) A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, instituído pelo Governo Federal através da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, de modo a regularizar seus débitos tributários e previdenciários, inclusive os parcelados, consolidando estes débitos em 13 de abril de 2000, através da entrega da declaração. Conforme Portaria 106, de 12 de Abril de 2002, o referido débito foi homologado pelo comitê gestor do REFIS, o qual está sendo recolhido regularmente desde 08 de Maio de 2000 e atualizado pela TJLP.

Em 04 de novembro de 2005, através da Portaria CG/REFIS nº 1.140 a Companhia foi excluída do Programa de Recuperação Fiscal.

Visando restabelecer o parcelamento foi proposta, em agosto de 2007, Ação Anulatória que tramita junto à 12ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, procedimento nº2.007.61.00.023183-2. Sentença proferida em 24 de novembro de 2010 julgando improcedente a ação.

Em 07 de janeiro de 2011 foi interposto recurso de apelação. A Sexta Turma do Tribunal Regional Federal – 3ª região negou provimento a apelação, por maioria de votos.

Em 25 de novembro de 2013 foi interposto recurso especial e extraordinário com pedido de efeito suspensivo ativo. Está sendo aguardado o exame de admissibilidade e processamento dos recursos especial e extraordinário:

- Base de cálculo das parcelas: 1,2% do faturamento bruto;
- Estimativa da quantidade de anos para liquidação do REFIS: aproximadamente 2.330;
- Total do valor a pagar do REFIS em 31 de dezembro de 2015: R\$ 99.156;
- Valor presente da dívida em 31 de dezembro de 2015: R\$ 321;
- Taxa de desconto utilizado para o cálculo do valor presente: 9,65% ao ano (CDI)

Os efeitos da exclusão da Companhia no Programa de Recuperação Fiscal – Refis estão devidamente registrados nas demonstrações contábeis na rubrica Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas, no montante de R\$ 74.246.

Notas Explicativas

- (b) Refere-se a valores em aberto de ICMS que a Companhia está discutindo na esfera administrativa e judicial.

15. Provisão para passivo a descoberto em investidas

A provisão está sendo constituída proporcionalmente a participação nas investidas.

Investidas	31/12/2015	Movimentação	Variação		31/12/2014
			Cambial		
Novelty Modas S/A	(845.974)	(167.843)	-		(678.131)
Feniciapar S/A	(419.289)	(56)	-		(419.233)
Arapuã International Invest Corp.	(113.508)	-	(36.301)		(77.207)
Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda	(1.873)	(223)	-		(1.650)
Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda	(1.997)	(270)	-		(1.727)
	(1.382.641)	(168.392)	(36.301)		(1.177.948)

Informação das investidas em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	31/12/2015				
	NOVELTY MODAS S/A	BANTAN ADM. CRÉD. COBR.	SAMARO ADM. CRÉD. COBR.	FENICIAPAR S/A	ARAPUÃ INTERNATIONAL
ATIVO	20.422	204.500	12.981	15	5
. Circulante	13.956	27	7	15	-
. Não Circulante	6.466	204.473	12.974	-	5
PASSIVO	24.422	204.500	12.981	15	5
. Circulante	75.064	381	465	418.556	107.777
. Não Circulante	836.017	205.992	14.513	833	5.736
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(886.659)	(1.873)	(1.997)	(419.374)	(113.508)
RESULTADO	(167.843)	(223)	(270)	(56)	-

Notas Explicativas

	31/12/2014				
	NOVELTY MODAS S/A	BANTAN ADM. CRÉD. COBR.	SAMARO ADM. CRÉD. COBR.	FENICIAPAR S/A	ARAPUÁ INTERNATIONAL
ATIVO	19.178	204.567	12.988	24	3
. Circulante	12.054	34	27	24	-
. Não Circulante	7.124	204.533	12.961	-	3
PASSIVO	19.178	204.567	12.988	24	3
. Circulante	85.171	167	203	418.555	73.309
. Não Circulante	652.823	206.050	14.512	787	3.902
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(718.816)	(1.650)	(1.727)	(419.318)	(77.208)
RESULTADO	3.407	(181)	(100)	(32.630)	1.801

16. Partes relacionadas

Em concordância com o Pronunciamento Técnico CPC 05(R1), a Companhia efetua operações com empresas ligadas a taxas e valores médios usuais de mercado.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo Não Circulante				
Arapuá International Investment Corp Finance	5.737	3.902	-	-
Bantan Serviços de Administração de Créditos e Cobranças Ltda	204.200	204.169	-	-
Samaro Administração de Crédito e Cobranças Ltda	12.331	12.331	-	-
Novelty Modas S/A - aluguel	1.866	1.853	-	-
Novelty Modas S/A - mútuo	40.685	40.685	-	-
Novelty Modas S/A - recuperação judicial	3.110	116	-	-
Feniciapar S/A	107	107	-	-
Fenícia Serviços e Participações Ltda	-	-	100	100
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	325	307
Angélica Administração de Créditos e Cobranças Ltda	3.498	1.394	-	-
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	204.202	204.232
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	857	-	8.838	6.606
Provisão para perdas com créditos em controladas	(250.622)	(248.789)	(209.939)	(208.104)
	21.769	15.768	3.526	3.141
Passivo Não Circulante				
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	12.087	12.107
Monções Administração de Bens Imóveis Ltda	-	-	-	1.146
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	1.777	1.561	1.777	1.630
FL. Fomento Mercantil S/A	-	-	46	46
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	670	433
Fenícia Participações e Comércio Ltda	-	-	7	7
	1.777	1.561	14.587	15.369

Notas Explicativas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Resultado				
Receitas de Serviços				
Novelty Modas S/A	48	48	-	-
Angélica Administração de Créditos e Cobranças Ltda	-	-	-	-
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	-	-	144	17
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	8	1
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	724	4
	<u>48</u>	<u>48</u>	<u>876</u>	<u>22</u>
Receitas de Aluguel				
Novelty Modas S/A	<u>2.413</u>	<u>2.463</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Receitas de Mútuo				
Novelty Modas S/A	<u>-</u>	<u>138</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas com Serviços				
Angélica Administração de Créditos e Cobranças Ltda	(7)	(27)	(8)	-
Samaro Administração de Crédito e Cobranças Ltda	-	(1)	-	-
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	(724)	(4)
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	-	(1)
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	-	-	(144)	(17)
	<u>(7)</u>	<u>(28)</u>	<u>(876)</u>	<u>(22)</u>

Arapuã Internacional Investment Corp.

Em 31/12/2015 a companhia possuía valores a receber da controlada Arapuã Internacional Investment Corp. no montante de R\$ 5.737 (R\$ 3.902 em 2014) referente a saldo de contrato de mútuo celebrado em 01 de janeiro de 1997 com vencimento em 31 de dezembro de 1997 com previsão de atualização pela variação cambial.

Considerando que o referido crédito não foi liquidado conforme estabelecido e a Arapuã International Investment. Corporation Finance não apresenta situação financeira e patrimonial suficiente para liquidar a obrigação, a Companhia, por questão de prudência, constituiu uma provisão para perdas no mesmo valor.

Bantan Serviços de Administração Crédito e Cobrança Ltda

Em 31/12/2015 a companhia possuía valores a receber da empresa controlada Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda. no montante de R\$ 204.200 (R\$ 204.169 em 2014), referentes a saldo de contrato de mútuo celebrado em 30 de abril de 1998, com vencimento em até 24 meses da data de sua emissão, com previsão de atualização pela variação do IGPM acrescido de juros de 1% ao mês.

Considerando que o referido crédito não foi liquidado conforme estabelecido e Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda não apresenta situação financeira e patrimonial suficiente para liquidação da obrigação, a Companhia, por questão de prudência, deixou de atualizar o saldo e uma provisão para perdas foi constituída no mesmo valor.

Simeira Comércio e Indústria Ltda. (controladora de Kosmos Comércio de Vestuário S.A em recuperação judicial)

Baseado no Plano de Recuperação Judicial indicado na Nota Explicativa nº 1, a Simeira Comércio e Indústria Ltda., controladora indireta de Bantan Serviços de Administração de Crédito e

Notas Explicativas

Cobrança Ltda. possui dívida, em 31/12/2015, para com esta, no montante de R\$ 204.202 e (R\$ 204.232 em 2014). Essa dívida de Simeira Comércio e Indústria Ltda. para com Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda. poderá ser futuramente quitada via recebimento de dividendos e/ou outra solução legítima de mercado.

Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda

Valores a receber em 31/12/2015 de R\$ 12.331 (R\$ 12.331 em 2014), decorrentes de serviços prestados para Kosmos, conforme contrato firmado em 31/05/2012, com vencimento indeterminado e sem previsão de atualização dos saldos em aberto.

Novelty Modas S/A – Aluguel

Créditos a receber em 31/12/2015 no valor de R\$ 1.866 R\$ (R\$ 1.853 em 2014) decorrente do Acordo de Operação de Pontos Comerciais e Uso de Imóveis, conforme contrato firmado em 30 de abril de 1999, que estabelece que Novelty Modas S/A pagará para Kosmos, mensalmente, todos os custos incorridos por força do estabelecido nos contratos de locação dos imóveis nos quais Novelty Modas S/A explora suas atividades comerciais. O referido contrato tem prazo igual aos contratos de locação celebrados.

As despesas de alugueres têm como origem o referido Acordo de Operação de Pontos Comerciais para uso de Imóveis firmado entre Novelty Modas S/A e Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial conforme explicitado no parágrafo anterior totalizando em 31/12/2015 o montante de R\$ 2.413 (R\$ 2.463 em 31 de dezembro de 2014).

Novelty Modas S/A – mútuo

Em 31/12/2015 a companhia possuía valores a receber da controlada Novelty Modas S/A no montante de R\$ 40.685 (R\$ 40.685 em 2014) referente a saldo de contrato de mútuo celebrado em 20/09/2002, aditivos em 02/01/2008 e 01/12/2012, com vencimento em 31/01/2016, com previsão de atualização de juros 1% ao mês.

Considerando que a controlada Novelty Modas S/A não está gerando recursos, em suas operações, suficientes para amortizar a referida obrigação, a Controladora decidiu constituir uma provisão para perdas no mesmo valor do crédito.

Notas Explicativas

Provisão para perdas com créditos em controladas

Controladas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Bantan Serviços Adm. de Créd. e Cobr. Ltda	204.200	204.202	204.202	204.202
Novelty Modas S/A	40.685	40.685	-	-
Arapuã International Invest. Corp.	5.737	3.902	5.737	3.902
	250.622	248.789	209.939	208.104

Os demais valores referem-se a contratos de mútuo com vencimentos diversos entre 31/12/2014 e 31/12/2016, com previsão de atualização de juros 1% ao mês.

Remuneração da administração

Os administradores da controlada Novelty Modas S/A receberam, até 31/12/2015, o montante de R\$ 401 mil (R\$ 416 mil em 31/12/2014).

Do período de 12 (doze) meses findo em 31 de dezembro de 2015 não houve pagamento de benefícios à Diretores e Administradores. A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato para o pessoal-chave da Administração.

17. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Controladora

Há provisões constituídas com base em parecer jurídico, de perda provável, na controladora, no montante de R\$ 166.408 (R\$ 174.927 em 31 de dezembro de 2014) e ainda com base em pareceres das assessorias jurídicas, há riscos no montante de R\$ 38.609, como possível perda (R\$ 39.750 em 31 de dezembro de 2014).

Consolidado

Há provisões constituídas com base em parecer jurídico, de perda provável, no montante de R\$ 893.872 (R\$ 740.952 em 31 de dezembro de 2014) e ainda com base em pareceres das assessorias jurídicas, há riscos no montante de R\$ 151.078, como possível perda (R\$ 285.414 em 31 de dezembro de 2014).

Houve durante o exercício incremento na provisão para contingências fiscais na controlada Novelty Modas S/A, por conta da redefinição da expectativa de perda feita por seus assessores jurídicos, em processos judiciais e administrativos relacionados principalmente à Cofins e ao PIS, que já tramitam há alguns anos, os quais passaram de expectativa de perda possível para perda provável.

Notas Explicativas**17.1. Provisões**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Tributárias	155.525	143.717	876.920	696.546
Trabalhistas	8.353	29.129	14.230	40.898
Civil	2.530	2.081	2.722	3.508
Saldo Final	166.408	174.927	893.872	740.952

17.2. Classificação para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

TRIBUTÁRIAS	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
ICMS	72.353	19.914	92.267	512.331	47.385	559.716
COFINS	35.900	-	35.900	252.507	6.702	259.209
PIS	11.445	418	11.863	62.006	2.824	64.830
INSS	14.106	-	14.106	14.164	46.567	60.731
CSLL	5.548	561	6.109	5.548	561	6.109
FGTS	-	-	-	8.710	-	8.710
OUTROS	16.173	11.840	28.013	21.654	39.505	61.159
	155.525	32.733	188.258	876.920	143.544	1.020.464
CÍVEIS	2.530	5.852	8.382	2.722	7.325	10.047
TRABALHISTA	8.353	24	8.377	14.230	209	14.439
	166.408	38.609	205.017	893.872	151.078	1.044.950

17.3. Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Saldos	31/12/2014	Adições	Encargos	Reversões	Baixas	31/12/2015
Tributárias	143.717	-	11.808	-	-	155.525
Trabalhistas	29.129	-	(20.776)	-	-	8.353
Cíveis	2.081	294	155	-	-	2.530
	174.927	294	(8.813)	-	-	166.408

Notas ExplicativasNo consolidado

Saldos	31/12/2014	Adições	Encargos	Reversões	Baixas	31/12/2015
Tributárias	696.547	176.989	32.916	(29.535)	-	876.917
Trabalhistas	40.899	-	(26.669)	-	-	14.230
Cíveis	3.506	294	(1.075)	-	-	2.725
	740.952	177.283	5.172	(29.535)	-	893.872

Como sucessora da Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda., a Kosmos Comércio de Vestuário S/A tem a responsabilidade sobre suas contingências de ordem trabalhista, previdenciária, comercial e civil. Existe termo formal de assunção de responsabilidades, sem limite de tempo e valor entre a Companhia e sua antecessora, no sentido de que todas as contingências que venham a se materializar por fatos ocorridos até 31 de Dezembro de 1994 serão de exclusiva responsabilidade da sucessora.

A controlada Novelty Modas S/A. possui processos em andamento em diversos Estados da Federação, que visam à restituição do ICMS recolhido sobre os acréscimos financeiros decorrentes de vendas financiadas. O montante total dos correspondentes créditos, levantados pelos assessores jurídicos da Companhia, líquido dos valores já compensados até 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 145.743 (R\$ 146.951 em 31 de dezembro de 2014). Esses créditos não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais ou consolidados da Companhia.

18. Passivo a Descoberto**Capital social**

O Capital Social autorizado é de até R\$ 600.000. O Capital Subscrito, integralizado e atualizado é de R\$ 268.100 por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015		31/12/2014	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Ações Ordinárias	16.083.215.114	52,01	16.083.215.114	52,01
Ações Preferenciais	14.842.441.564	47,99	14.842.441.564	47,99
	30.925.656.678	100,00	30.925.656.678	100,00

Atualmente as ações ordinárias e as ações preferenciais possuem direitos iguais de voto nas deliberações das assembleias gerais.

Notas Explicativas

A Companhia tem aprovado programa de Depositary Receipts tipo “DR”, abrangendo ações preferenciais, havendo distribuição no exterior de acordo com a regra 144-A e regulamentação “S” da SEC. O banco emissor dos “GDRS” é o Citibank N.A e o banco custodiante é o Banco Itaú S.A. A proporção de 1 “GDR” corresponde a 1.000 ações preferenciais escriturais.

Em 13 de Dezembro de 1996, a “Securities and Exchange Commission” (SEC) aprovou a inclusão da Kosmos Comércio de Vestuário S/A na lista dos emissores privados estrangeiros a operarem segundo a regra 12g3-2(b) do “Securities Exchange Act of 1934”, Nível I. Entretanto, tendo em vista o evento da Concordata/ Recuperação Judicial da Companhia, as negociações de suas ações e dos GDRS nas bolsas de valores locais e estrangeiras foram suspensas.

Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado mediante a divisão do prejuízo do exercício pela quantidade de ações em circulação, uma vez que as ações ordinárias e preferenciais possuem atualmente direitos iguais. A companhia possui apenas uma categoria de ação ordinária.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Numerador	30.925.657	30.925.657	30.925.657	30.925.657
Lucro (Prejuízo) do período	(155.177)	111.041	(155.177)	111.041
Denominador	(0,0050)	0,004	(0,0050)	0,004
Média ponderada de ações em circulação	-	-	-	-
Prejuízo diluído por ação R\$	<u>(0,0050)</u>	<u>0,004</u>	<u>(0,0050)</u>	<u>0,004</u>

A companhia não possui contratos ou operações de opção envolvendo suas ações que pudessem impactar a mensuração do resultado por ação.

Ações em tesouraria

Existem 509.487.630 ações preferenciais, sendo 259.487.630 ações recebidas em doação do acionista Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda. e 250.000.000 ações adquiridas no exercício de 1997, conforme deliberação do Conselho de Administração realizada em 06 de Maio de 1997. As ações em tesouraria mantêm-se registradas pelo valor de mercado na data em que ocorreu a transação, no montante de R\$ 4.790.

Ajuste de avaliação patrimonial

A administração de Kosmos e suas controladas optaram pela adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do custo atribuído (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 do ICPC 10, somente para os edifícios e terrenos. Com base na análise realizada pela administração para os demais itens registrados no imobilizado, representados substancialmente por equipamentos de informática, móveis e utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros, concluiu-se que o custo histórico registrado aproxima-se do valor justo desses bens e, portanto, não se aplica a prática de custo

Notas Explicativas

atribuído. Os valores atribuídos aos terrenos e edifícios foram contabilizados em 01/01/2010 pelos seus valores justos estimados em laudos de avaliação.

	<u>CONTROLADORA</u> 31/12/2015	<u>CONSOLIDADO</u> 31/12/2014
Terrenos	15.319	15.319
Edifícios	10.060	10.060
	<u>25.379</u>	<u>25.379</u>
Realização do Ajuste Acumulado	<u>(15.913)</u>	<u>(14.954)</u>
Saldos	<u>9.466</u>	<u>10.425</u>

19. Receitas Líquidas

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita Bruta				
Mercadorias	-	-	70.222	71.898
Serviços	48	48	14	22
Aluguel	3.547	5.645	1.158	3.181
Devoluções	-	-	(3.931)	(3.923)
	<u>3.595</u>	<u>5.693</u>	<u>67.463</u>	<u>71.178</u>
Impostos Inc. s/ Vendas e Serviços	<u>(335)</u>	<u>(529)</u>	<u>(10.980)</u>	<u>(12.922)</u>
Receita Líquida	<u>3.260</u>	<u>5.164</u>	<u>56.483</u>	<u>58.256</u>

Notas Explicativas**20. Despesas administrativas e gerais**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	(5.752)	(89)	(15.418)	(10.227)
Aluguel	(2.329)	(2.357)	(2.889)	(2.638)
Serviços Profissionais	(786)	(951)	(3.569)	(3.538)
Tributos e Contribuições	(112)	(201)	(361)	(1.239)
Depreciações /Amortizações	(242)	(648)	(1.030)	(1.197)
Outras	(323)	(251)	(676)	(1.152)
	(9.544)	(4.497)	(23.943)	(19.991)
Provisões / Reversões:				
Contingências Fiscais	(11.807)	(3.384)	(180.372)	(4.320)
Reversão Contingências Trabalhistas	20.776	-	26.669	-
Contingências Cíveis	(450)	(239)	783	(231)
	8.519	(3.623)	(152.920)	(4.551)
	(1.025)	(8.120)	(176.863)	(24.542)
Reversão de provisão contingências fiscais	-	111.061	-	124.864

21. Despesas comerciais

	CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	(7.982)	(7.931)
Aluguel	(2.425)	(1.924)
Marketing	(673)	(978)
Serviços Profissionais	(413)	(408)
Utilidades e Serviços	(493)	(247)
Tributos e Contribuições	(229)	(158)
Despesas Gerais	(871)	(980)
	(13.086)	(12.626)

Notas Explicativas

22. Despesas financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Juros	(1.199)	(876)	(2.675)	(599)
Multas	-	-	(920)	-
Atualização Debêntures	-	-	-	(25.196)
Variação Cambial líquida	-	-	-	(5.403)
Encargos Refis - Lei 11.941/2009	(2.548)	(2.039)	(2.548)	(4.034)
Outras	(3)	(70)	(1.123)	(4.245)
	(3.750)	(2.985)	(7.266)	(39.477)

23. Receitas financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Mútuo	-	138	-	-
Aplicações Financeiras	-	-	-	2
Juros	3.390	-	3.456	1.480
Outras	-	340	3	32
	3.390	478	3.459	1.514

24. Compromissos

A Companhia mantém com as entidades financeiras cessionárias a responsabilidade pelo ressarcimento das contas a receber cedidas e não recebidas até a data do vencimento. Em 31 de dezembro de 2015 a responsabilidade pelos créditos em aberto monta R\$ 134.000 na controladora (R\$ 134.000 em 31 de dezembro de 2014). Deste montante, a Companhia está coobrigada por financiamentos obtidos por seus clientes com a empresa ligada em R\$ 121.124 (R\$ 121.124 em 31 de dezembro de 2014).

25. Debêntures públicas

Conforme escritura de 08 de Maio de 1997, a Kosmos emitiu com data base de 01 de Abril de 1997, 100.000 debêntures nominais escriturais ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, conversíveis em ações preferenciais, com vencimento para 01 de Abril de 2000, sendo vedado o resgate antecipado.

Os respectivos títulos foram considerados créditos quirografários, conforme nota explicativa nº 13.

Notas Explicativas

26. Seguros

A Companhia contratou seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram revisados pelos nossos auditores independentes.

27. Instrumentos financeiros

A Companhia não possui instrumentos financeiros (ativos ou passivos) mensurados ao valor justo contra o resultado ou disponíveis para venda e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2015 ou 2014.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo, são registrados pelo custo histórico pelo método do custo amortizado. A Companhia possui como principais ativos financeiros classificados nesta categoria o seu:

- (i) Contas a receber de clientes - (vide nota explicativa nº 5); e
- (ii) Outros valores a receber.

Passivos financeiros não mensurados pelo valor justo

São aqueles para os quais a Companhia decidiu não mensurar seu valor justo e sim utilizar o método de custo amortizado. Os principais ativos e passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- (i) fornecedores; e
- (ii) valores a pagar para empresas relacionadas (vide nota explicativa nº 16).

Os valores justos dos instrumentos financeiros mencionados acima em 31 de dezembro de 2015 e dezembro de 2014 não se diferenciam de forma relevante dos respectivos valores contábeis.

As operações da Companhia que estão sujeitas aos fatores de riscos encontram-se abaixo descritas:

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas realizam seus direitos por vendas, em sua maioria, por recebimentos “à vista” ou por meio de operadoras de cartões de crédito e débito, o que reduz significativamente seu risco de crédito.

Notas Explicativas

Risco de juros ou de variação cambial

A Companhia e suas controladas não possuem aplicações financeiras com saldos relevantes e a grande parte de seus passivos financeiros atualmente não estão atrelados às flutuações dos juros de mercado, uma vez que foram incluídos no plano de recuperação judicial, conforme divulgados nas notas explicativas 10, 11, 12 e 13.

A Administração da Companhia entende que ela não está sujeita a riscos relevantes relacionados à taxa de juros ou variação cambial, razão pela qual não divulga a análise de sensibilidade relacionada a tais fatores. .

* * *

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores e acionistas

Kosmos Comércio de Vestuário S.A – em recuperação judicial

São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Kosmos Comércio de Vestuário S.A – em recuperação judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter a segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Kosmos Comércio de Vestuário S.A – em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia obteve, em 1998, o benefício legal da concordata preventiva. Diversos desdobramentos judiciais ocorreram desde então em virtude das contestações ao plano da concordata por parte de alguns credores, bem como do pedido de falência impetrado por esses credores. Em 2009, Companhia obteve o direito ao processamento de seu pedido de recuperação judicial e, em 16 de dezembro de 2011, foi aprovado, em Assembleia de credores, por maioria, o plano de recuperação judicial das Kosmos Comércio de Vestuário S.A., o qual foi homologado na Justiça em 13 de fevereiro de 2012. Um dos credores ingressou na Justiça com recurso contestando os termos deste acordo e teve seu recurso negado. Atualmente tramita no Superior Tribunal de Justiça agravo de despacho denegatório de recurso especial movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que contesta o não processamento do recurso movido pelo referido credor. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava uma situação financeira e patrimonial deficitária, inclusive com passivo a descoberto, gerando dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes às contas de ativo e passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das suas operações. Conforme descrito na nota explicativa 13, as demonstrações contábeis não contemplam os ajustes contábeis que decorrem dos termos do plano de recuperação judicial aprovado na Assembleia de 16 de dezembro de 2011, uma vez que transita na justiça recurso contestando os termos do acordo. A nossa opinião não está ressalvada em decorrência desse assunto.

Outros assuntos

Examinamos também as Demonstrações dos Valores Adicionados (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de março de 2016

Marcos Venicio Sanches

Contador CRC 1SP-218.030/O-9

TG&C Auditores Independentes

CRC 2SP-031.693/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do art. 25 da IN nº 480 de 07 de Dezembro de 2.009, com redação dada pela instrução CVM 520/12, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.015.

São Paulo, 11 de Março de 2.016.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do art. 25 da IN nº 480 de 07 de Dezembro de 2.009, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, referente ao encerramento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2.015.

São Paulo, 11 de março de 2.016.